

Troca de títulos estaduais por federais ampliada na negociação

por Maria Clara R. M. do Prado
de Brasília

O governo federal dá início nesta semana ao processo de negociação das dívidas dos governos estaduais a partir de parâmetros que já estão definidos e que vão orientar as conversas individuais com cada governador. Os estados deverão comprometer-se em não ampliar em termos reais o nível do endividamento geral — não apenas de sua dívida mobiliária, mas do estoque global das dívidas — e, em troca, receberão do governo federal um tratamento que ajudará na implementação dos respectivos programas de ajuste fiscal.

Dentro da negociação, os governos estaduais terão acesso mais amplo ao sistema pelo qual seus títulos serão substituídos pelas LBC (Letra do Banco Central). Caso a taxa de juro cobrada pelo mercado para a rolagem das Letras Financeiras dos Tesouros Estaduais (LFTE) suba além de determinado patamar considerado viável de ser bancado pelo governo do

estado, seria desencadeado o sistema de troca dos papéis estaduais pelas LBC, de modo a que o BC garantisse o financiamento da dívida mobiliária estadual a taxas não explosivas.

VOLUME

O ponto é importante porque a partir de 16 de setembro os títulos estaduais emitidos em cruzados novos e que ficaram bloqueados com o plano de estabilização voltam a ser girados no sistema financeiro, contribuindo assim para "inchar" o volume de papéis estaduais que estarão disputando financiamento junto ao mercado.

Cerca de 35% do estoque da dívida mobiliária dos estados — estimada em Cr\$ 3 trilhões no final de junho — está na carteira do Banco Central e será devolvido ao mercado a partir do mês que vem, junto com os cruzados novos que financiavam o papel, no esquema de doze parcelas mensais iguais.

Sem dúvida, conforme acenou para este jornal categorizada fonte do governo, o esquema de troca dos

LFTE por LBC por prazo longo e abrangendo um volume maior de papéis (além daqueles trocados em março e abril e que agora deveriam aos poucos voltar ao mercado), representará um grande alívio para os cofres dos estados. Em fevereiro deste ano, lembrou a fonte, os títulos estaduais chegaram a ser financiados no mercado por taxas que ficaram cinco pontos acima da taxa paga pelo governo federal, para seus papéis. No entanto, o governo do estado terá de se enquadrar em um programa rígido de ajuste fiscal, obedecendo a metas que apontem para a efetiva redução nominal do endividamento até o nível em que, em termos reais, a dívida não cresça. Além da dívida mobiliária, envolverá a dívida com empreiteiras, com fornecedores e com bancos.

ENQUADRAMENTO

Os estados que não têm problemas com dívidas mobiliárias, como os do Nordeste, também terão de se enquadrar no programa

de ajuste, que prevê um acerto de contas com a União, se quiserem ter restabelecido o fluxo de financiamento com todos os órgãos de crédito federal.

Hoje, o estado que está inadimplente com a Caixa Econômica Federal (CEF), por exemplo, não pode buscar financiamento junto ao Banco do Brasil (BB), ao Banco do Nordeste do Brasil (BNB), ao Banco da Amazônia S.A. e nem junto ao Banco Meridional. Quem tem inadimplência com o BB não tem acesso às demais instituições bancárias federais. Para que as portas dos bancos federais sejam novamente abertas àqueles governos estaduais será preciso um comprometimento do governador no sentido de que vai cortar gastos e racionalizar a aplicação de sua receita fiscal.

Apesar de os parâmetros serem gerais, os acordos com os governos estaduais serão feitos em separado, pois cada um estará sujeito a um tipo de ajuste específico, de acordo com o tipo de dificuldade financeira que precisa resolver.